



DIÁLOGO UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS SOBRE AS POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO

Conferência Bi-regional: Acesso aberto aos resultados da pesquisa

6-7 de junho de 2023

Introdução

A abertura e a transparência são valores fundamentais das políticas de investigação e inovação da UE. De facto, a UE dedicou esforços consideráveis ao desenvolvimento de uma política sólida de ciência aberta no centro do Espaço Europeu da Investigação (EEI). O objetivo é que os investigadores partilhem conhecimentos e dados o mais cedo possível no processo de investigação com todos os intervenientes relevantes, conduzindo a uma maior qualidade, impacto e capacidade de resposta da investigação. Além disso, o programa-quadro de investigação e inovação da UE, Horizonte Europa, integra as práticas e os requisitos da ciência aberta em todo o programa e faz dela um dos seus princípios fundamentais.

Por sua vez, nas últimas décadas, a América Latina tem desempenhado um papel de liderança no acesso aberto não comercial, com uma forte ênfase em iniciativas e infraestruturas sem fins lucrativos e orientadas para a comunidade de investigação. As políticas e os mandatos nacionais e institucionais de acesso aberto estão a ser progressivamente estabelecidos nos países da região. Embora o acesso aberto esteja bastante bem estabelecido nos países da ALC, alguns países ainda estão a ficar para trás.

[LA Referencia](#) (A Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas), [SciELO](#) (base de dados bibliográfica e biblioteca digital), [Redalyc-AmeliCA](#), (infraestrutura de comunicação para a publicação académica e a ciência aberta), [Latindex](#) (diretório de revistas académica), ou o trabalho realizado pelo [CLACSO](#) (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) são algumas das iniciativas de acesso aberto desenvolvidas na região, algumas delas em cooperação com países da UE, sobretudo Espanha e Portugal.

A ALC e a União Europeia constituem regiões estratégicas uma para a outra e parceiros naturais para a colaboração no desenvolvimento de prioridades relacionadas com as políticas de investigação e inovação, tais como a ciência aberta. A colaboração no domínio da ciência aberta resultaria num maior alinhamento entre as políticas de ciência, tecnologia e inovação na UE e na ALC. Tal deverá igualmente contribuir para o desenvolvimento do Espaço Comum de Investigação UE-CELAC, que constitui um objetivo fundamental da cooperação birregional em matéria de investigação e inovação (I&I).

A ambiciosa política de ciência aberta da UE, o papel de liderança que a ALC desempenha no que respeita às iniciativas de acesso aberto orientadas para a comunidade e sem fins lucrativos, bem como a atenção e o apoio crescentes que a UE lhes presta, são fatores que tornam esta atividade particularmente relevante e oportuna para ambas as regiões.



Objetivos

O objetivo geral da Conferência birregional sobre acesso aberto em ambiente de ciência aberta é contribuir para reforçar a cooperação UE-ALC em matéria de investigação e inovação, obter uma melhor compreensão mútua das atuais políticas e da implementação da ciência aberta nas duas regiões e identificar oportunidades de colaboração e de um maior alinhamento. Os objetivos específicos são:

- ✓ Reforçar abordagens comuns de ciência aberta e promover visões compatíveis entre os principais intervenientes em I&I nas duas regiões através de uma abordagem de aprendizagem mútua.
- ✓ Identificar os desafios comuns e a complementaridade das abordagens aplicáveis às práticas de ciência aberta e explorar possíveis ações conjuntas.
- ✓ Promover uma melhor compreensão na UE das infraestruturas digitais de acesso aberto descentralizadas e não comerciais desenvolvidas na região da ALC através de um contacto direto com os seus principais intervenientes.
- ✓ Discutir conjuntamente possíveis vias para uma abordagem mais coordenada que permita o acesso aberto aos resultados científicos na região da ALC e na UE
- ✓ Explorar novas iniciativas de colaboração para uma implementação coordenada das políticas de ciência aberta na UE e na região da ALC.

Relatório sobre as políticas de acesso aberto na ALC e na UE

Como preparação para esta conferência birregional, a Comissão Europeia (CE) financiou e publicou o relatório de peritos independentes [Políticas de Acesso Aberto na América Latina, nas Caraíbas e na União Europeia: Progresso rumo a um diálogo político](#). O relatório faz uma descrição clara e pormenorizada do atual estado da arte das iniciativas regionais e das políticas nacionais de acesso aberto a publicações e dados de investigação na ALC e na UE, identifica desafios comuns e faz recomendações para a ação política, proporcionando assim a todos os participantes uma base comum para o debate.

O relatório está estruturado em cinco secções:

Introdução. Esclarece que a ação pública a favor do acesso aberto é uma política pública que se enquadra na categoria de políticas públicas de I&D; explica como estas políticas foram estabelecidas como um mecanismo para resolver o problema público do acesso a conteúdos científicos; traça os seus efeitos - intencionais e não intencionais - sobre as partes interessadas e explica como estes mandatos têm vindo a evoluir.

Iniciativas regionais de acesso aberto na ALC, que descrevem como o movimento de acesso aberto na ALC se tem desenvolvido nas últimas duas décadas e o papel desempenhado por atores-chave como LA Referencia, Redalyc-AmeliCA, Latindex, SciELO e CLACSO na criação de um ecossistema de acesso aberto público, descentralizado, não comercial e comunitário, povoado por repositórios federados e revistas académicas publicadas em modelo diamante (gratuitas para leitores e autores) sustentadas em protocolos abertos.

Ficheiros por país referentes à Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Panamá, Peru, Uruguai e União Europeia. Os sistemas nacionais de I&D, as políticas de acesso aberto e a implementação de infraestruturas digitais essenciais são analisados para cada país e para a UE. As descrições dos sistemas nacionais de I&D incluem informações pormenorizadas sobre o quadro jurídico, a governação, os



mecanismos de financiamento das atividades de I&D, as instituições executantes e as agências de avaliação de cada país e da UE. A descrição das políticas de acesso aberto e das suas infraestruturas de implementação inclui referências às iniciativas políticas, ao conteúdo dos mandatos nacionais, regionais e/ou institucionais, caso existam, e uma descrição exaustiva do grau de maturidade das plataformas essenciais para as políticas de acesso aberto: repositórios, revistas académicas nacionais e sistemas de gestão da informação curricular e de investigação.

Desafios comuns entre a ALC e a UE. Esta secção analisa padrões comuns na conceção dos sistemas nacionais de I&D nos países da ALC, identifica problemas coletivos e identifica tendências nas políticas de acesso aberto e nas suas infraestruturas de implementação. Defende que nos países da ALC existem sistemas homogéneos de governação da ciência, tecnologia e inovação (CTI) e uma presença significativa de iniciativas de acesso aberto - nalguns casos políticas nacionais e noutros casos institucionais, todas elas fortemente alinhadas com a política europeia - e uma sólida rede de repositórios interoperáveis de acesso aberto. No entanto, foi detetado um apoio muito desigual às revistas académicas entre os diferentes países, enquanto se verificou uma cobertura quase total dos sistemas de informação sobre currículos e investigação.

Recomendações para a Adoção de Políticas. Propõe-se ainda um conjunto de recomendações de ação política para estabelecer um roteiro preliminar com vista a uma colaboração intra-ALC e UE-ALC mais coordenada em matéria de ciência aberta. Encontram-se estruturados em 4 objetivos prioritários, repartidos por 7 ações e 19 medidas concretas. Sugere-se um enquadramento temporal para cada um deles e identificaram-se os atores-alvo: os países da ALC a nível nacional, os países da ALC e a UE, ou a região da ALC como um todo e a UE:

O1. Reforçar a governação e o financiamento dos sistemas de CTI na ALC.		
Ações	Atores	Enquadramento temporal
<p>A1. Propagação de boas práticas nos países da ALC.</p> <p>M1. Iniciativas inter-regionais em curso devem ser reforçadas e articuladas para que esta ação seja incluída nas suas agendas.</p> <p>M2. Os países da ALC irão assegurar um planeamento estratégico contínuo, realista, concreto e dedicado para as CTI, com cobertura entre períodos legislativos.</p>		<p>Curto prazo</p>
<p>A2. Ao garantir a regularidade, a sustentabilidade económica e o âmbito dos programas de financiamento da investigação nos países da ALC.</p> <p>M3. Os programas de financiamento existentes serão apoiados e reforçados.</p> <p>M4. Os programas de financiamento serão estendidos para cobrir todas as áreas que requerem apoio e promoção: formação de pessoal de investigação, projetos de investigação, infraestruturas científicas, redes e ações de inovação, para dar alguns exemplos.</p>		<p>Curto prazo</p>

Essa ação é implementada por meio do Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político UE-América Latina e Caribe (EU-LAC PDSF)



O2. Expandir a cobertura das políticas de acesso aberto na ALC.		
Ações	Atores	Enquadramento temporal
<p>A3. Desenvolver políticas de acesso aberto nos países da ALC que ainda não as tenham. Estas políticas irão:</p> <ul style="list-style-type: none"> M5. Ser coerentes com as do resto da região da ALC e com as da UE. M6. Abordar a gestão FAIR dos dados de investigação. 		<p>Médio prazo</p>

O3. Reforçar as infraestruturas digitais de ciência aberta em ambas as regiões.		
Ações	Atores	Enquadramento temporal
<p>A4. Financiamento de repositórios não-comerciais, de código aberto, revistas publicadas em modelo diamante e sistemas de gestão curricular.</p> <ul style="list-style-type: none"> M7. A UE e a ALC irão criar concursos públicos especificamente orientados para o desenvolvimento, manutenção, melhoria da cobertura e reforço da interoperabilidade das infraestruturas digitais. M8. A UE irá incluir os países da ALC em todos os concursos de financiamento para este fim. 		<p>Médio prazo</p>
<p>A5. A procura conjunta de soluções políticas, técnicas e tecnológicas para infraestruturas digitais. Estas soluções irão:</p> <ul style="list-style-type: none"> M9. Envolver os países da ALC em infraestruturas europeias como a EOSC e ORE. M10. Promover a implementação de software de código aberto com base em plataformas digitais não-comerciais. M11. Apoiar revistas em modelo diamante de acesso aberto. M12. Promover o multilinguismo na comunicação científica. M13. Ampliar o uso de normas de metadados não-comerciais e descentralizados e identificadores persistentes. 		<p>Médio prazo</p>

Essa ação é implementada por meio do Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político UE-América Latina e Caribe (EU-LAC PDSF)



O4. Criar sistemas de avaliação da investigação em ambas as regiões, alinhados com princípios de ciência aberta.

Ações	Atores	Enquadramento temporal
<p>A6. Criar sistemas de avaliação da investigação institucional destinados à promoção da ciência aberta. Estes sistemas irão:</p> <p>M14. Exigir a conformidade com os mandatos de acesso aberto a toda produção científica a ser avaliada.</p> <p>M15. Incluir todas as produções da investigação tais como dados, software, protocolos, metodologias, recursos educativos abertos, atividades de ciência cidadã, divulgação científica, etc., sujeitos a processos de avaliação.</p> <p>M16. Evitar o uso de indicadores bibliométricos de revistas para medir a qualidade científica.</p> <p>M17. Avaliar o impacto social do conhecimento.</p>		<p>Médio prazo</p> 
<p>A7. Cooperar para uma reforma exaustiva e coordenada de sistemas de avaliação da investigação.</p> <p>M18. Procurar-se-ão sinergias entre as iniciativas existentes, FOLEC (ALC) e COARA (UE).</p> <p>M19. A UE irá incluir os países da ALC em programas e iniciativas a serem lançados para remodelar os sistemas de avaliação da investigação.</p>		<p>Médio prazo</p> 

Assuntos para o debate

1. Ciência aberta: estamos todos a caminhar na mesma direção? Qual é a principal visão subjacente às políticas de ciência aberta nas duas regiões? Quais são os principais desafios para a realização destas políticas?
2. Quão longe e quão próximos estão os países da ALC e a UE nas suas políticas de acesso aberto
3. O que podemos aprender uns com os outros ao implementar políticas públicas de acesso aberto?
4. Quais são as melhores estratégias para garantir um ecossistema de comunicação científica acessível a todos? Qual é o papel dos prestadores de serviços de publicação no quebra-cabeça da ciência aberta?
5. Como podemos promover o desenvolvimento sustentável, o financiamento e a governação das infraestruturas de investigação para a ciência aberta? Há espaço para a cooperação e integração no seu desenvolvimento?
6. Podemos identificar áreas de colaboração para ações comuns que ajudarão a implementar e integrar a prática da ciência aberta nas duas regiões?

Essa ação é implementada por meio do Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político UE-América Latina e Caribe (EU-LAC PDSF)



Informação Geral

- **Organizador:** Comissão Europeia
- **Data:** junho 6 e 7 de 2023
- **Oradores:** Decisores de I&I e agentes de implementação de políticas de OA de alto nível dos países da ALC e da CE.
- **Participantes:** Decisores de I&I, agências de financiamento, organizações que se dedicam à investigação e instituições de avaliação dos países da ALC e da CE, editores de acesso aberto em modelo diamante, gestores de repositórios, atores da implementação de políticas de acesso aberto, investigadores, bibliotecários, partes interessadas do paradigma da ciência aberta e representantes da sociedade civil.
- **Língua:** Espanhol Vão estar disponíveis serviços de interpretação para inglês e português.